

POLÍTICA

PROGRAMAS

DF - Programa Social

Desencontros entre os cadastros do Bolsa Família, do governo federal, e do Renda Minha, vinculado à administração local, provocam pagamentos irregulares a 16,3 mil credenciados no Distrito Federal

Prejuízo de R\$ 6 mi em benefícios

LILIAN TAHAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Uma sobreposição dos cadastros de programas de distribuição de renda do governo federal e do governo local gerou o pagamento irregular de benefícios sociais a 16,3 mil famílias. O desencontro foi estimado pela Secretaria de Educação em um prejuízo de R\$ 6,1 milhões aos cofres locais. De agosto do ano passado a abril deste ano, as famílias investigadas em auditoria do governo receberam os recursos integrais de duas fontes distintas: o Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e o Renda Minha, vinculado à administração local. Somadas, as duas receitas ultrapassam o teto de pobreza estabelecido tanto em âmbito federal, quanto no local.

A unificação dos registros do GDF com os dados produzidos pelo ministério levaram os

técnicos a descobrirem os casos. O número de famílias envolvidas na irregularidade corresponde a 28,5% do total das bolsas concedidas pela gestão local, que hoje é de 56 mil. As quantias pagas no Renda Minha variam entre R\$ 100 e R\$ 180, valores mais altos do que os estabelecidos pelo governo federal (de R\$ 15 a R\$ 95). Para conciliar os dois programas, o acerto entre GDF e União desde que o Bolsa Família foi criado é que o Executivo local complementaria as bolsas pagas pelo governo federal.

O secretário-adjunto de Educação, José Luiz Valente, afirmou ontem que a distorção no pagamento dos programas sociais foi corrigida na folha de pagamento deste mês. As famílias em situação irregular serão comunicadas por meio de cartas enviadas pelo GDF. E a tendência segundo Valente é que a partir de junho outras pessoas em condição de pobreza possam ser incluídas nos programas sociais. "Neste mo-

mento, estamos fazendo uma correção. Com isso, deixava-se de pagar algumas famílias que precisam para pagar valores bem acima do permitido a outras", diz Valente. Uma outra auditoria da Secretaria de Educação havia identificado o pagamento de vales-transportes para servidores com residência fora do DF Rombo estimado em R\$ 1,8 milhão.

Dados

As informações obtidas no âmbito da investigação local, no entanto, não batem com aquelas produzidas pelo pente fino do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). No último dia 7, o governo anunciou que cancelará amanhã 330 mil benefícios em todo o país. Desses, apenas 3.394 são relativos a famílias do Distrito Federal. O MDS chegou aos números a partir de um cruzamento entre o registro das famílias beneficiadas e a Relação Anual de Informações Sociais, a Rais. Esses dados

Gustavo Moreno/Especial para o CB - 16/3/07



MARIA HELENA GUIMARÃES, SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE EM CADASTRO

informam a renda anual de quem está no mercado de trabalho, o que permite ao governo comparar as pessoas que se enquadram ou não no corte de po-

breza estipulado pelo governo.

A assessoria de imprensa do ministério informou que a existência por si só de mais de um programa de transferência de

renda no DF, além do Bolsa Família, não é considerado um procedimento irregular. Por isso, o caso local não foi objeto de investigação pelo governo federal.